

Estudo de Caso

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13852256>**CONSTRUÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UPE CAMPUS GARANHUNS: UM ESTUDO DE CASO***CONSTRUCTION OF THE DEGREE COURSE IN BIOLOGICAL SCIENCES AT UPE CAMPUS GARANHUNS: A CASE STUDY*Eduardo Correia Medeiros ¹ Vladimir da Mota Silveira Filho ² Rosângela Estevão Alves Falcão ³ **RESUMO**

A formação de professores no Brasil sofreu inúmeras mudanças desde a homologação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 (LDB 4024/61). Para o curso de Licenciatura de Ciências Biológicas, além de ter que seguir as Diretrizes gerais para os cursos de graduação, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. Esse artigo explora 4 dos 15 perfis curriculares oferecidos pela Universidade de Pernambuco – campus Garanhuns do Curso de Ciências Biológicas, relacionando os componentes curriculares com as resoluções, pareceres e leis previstos pelo Ministério da Educação, e Conselho Federal e Nacional de Educação. Com os resultados, é possível observar o aumento da carga horária dos cursos e a implementação de práticas pedagógicas, estágio e atividades complementares de acordo com a legislação fazendo com que os graduandos tenham maior conhecimento teórico em áreas específicas da biologia, como também, do conhecimento pedagógico necessário. Como consideração final, coloca-se que a contemporaneidade exige dos professores que eles entrem em sala de aula preparados para lidar com a diversidade dos alunos, desafios e particularidades presentes no ambiente educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente; Matrizes curriculares; Ciências Biológicas; DCNs

ABSTRACT

Autor corresponde: Rosângela Estevão Alves Falcão, rosangela.falcao@upe.br

1,2,3 Universidade de Pernambuco (UPE)

Teacher training in Brazil has undergone numerous changes since the approval of the first Education Guidelines and Bases Law in 1961 (LDB 4024/61). For the Biological Sciences Degree course, in addition to having to follow the general Guidelines for undergraduate courses, the National Curricular Guidelines for Biological Sciences Courses were established. This article explores 4 of the 15 curricular profiles offered by the University of Pernambuco – Garanhuns campus of the Biological Sciences Course, relating the curricular components with the resolutions, opinions and laws provided for by the Ministry of Education, and the Federal and National Education Council. With the results, it is possible to observe an increase in course workload and the implementation of pedagogical practices, internships and complementary activities in accordance with legislation, ensuring that graduates have greater theoretical knowledge in specific areas of biology, as well as knowledge necessary pedagogy. As a final consideration, it is stated that contemporary times require teachers to enter the classroom prepared to deal with the diversity of students, challenges and particularities present in the educational environment.

KEYWORDS: Teacher training; Curricular matrices; Biological Sciences;

INTRODUÇÃO

A teoria prática da educação teve início entre o século XVI e o início do XIX. Com a colonização, através das práticas de catequização, fazia-se a educação proposta pelos ideais jesuítas nas terras indígenas. Não havia formação para educadores, mas um encaminhamento prioritariamente religioso onde a educação aponta que “a inserção do Brasil no chamado mundo ocidental deu-se, assim, por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (SAVIANI, 2013).

O Período Colonial evidencia mudanç as de direcionamento educacional. A classe mais abastada do Brasil ansiava por um país mais semelhante ao modelo Ocidental, e com isso exigia-se que seus habitantes aprendessem os costumes, linguagem e cultura europeia, definida como “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16). A criação das Escolas Normais no final do século XIX representou o plano inicial para a formação de educadores para os níveis primários e secundários de ensino.

O Seminário dos Mestres, instituído por São João Batista de La Salle em 1684, foi o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores. Mas somente após a Revolução Francesa, mais precisamente no final do século XVIII,

iniciou-se o processo de valorização da instrução escolar, período em que foram criadas as Escolas Normais com a finalidade de formar professores (BORGES, AQUINO e PUENTES, 2011).

No início do século XX, surge uma preocupação com a formação de professores mais acentuada, mesmo permitindo que profissionais liberais ou autodidatas exercessem essa função. Segundo PAVANELI e PURIFICAÇÃO (2021), teóricos envolvidos na análise do futuro da educação e do ensino debateram sobre a questão do enfraquecimento político-teórico da didática em programas de treinamento de educadores e sobre a transição da didática pragmática para a formulação de uma didática mais essencial.

A partir do século XX, ocorreram mudanças na legislação acerca da formação de professores em todos os âmbitos, o que SCHEIBE (2008, p. 43) ilustra bem ao afirmar que foi no período republicano que se iniciou um processo de instalação de escolas em todo o território nacional e foram tomadas providências mais efetivas em relação à formação dos professores.

Com a promulgação das Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura em 2002, Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002), a formação docente se consolida como política e nota-se uma priorização na distribuição de disciplinas mais voltadas aos conhecimentos científicos, com uma abordagem primária para as disciplinas que discutiam educação e como educar, como aponta Gatti (2010) ao afirmar que “a forte tradição disciplinar que marca entre nós a identidade docente e orienta os futuros professores em sua formação a se afinarem mais com as demandas provenientes da sua área específica de conhecimento do que com as demandas gerais da escola básica”.

Em 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são aprovadas, ampliando suas atribuições para a formação de professores nos diversos níveis de ensino e a criação de resoluções pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), fortalecendo seu poder decisório na construção de projetos pedagógicos, o que inclui a distribuição da carga horária, o enquadramento das disciplinas de caráter pedagógico, disciplinas específicas de uma determinada área de conhecimento, práticas, eletivas, carga horária de horas complementares, entre outros. Nesta perspectiva, o Conselho Nacional de Educação (CNE) passa a exercer poder sobre

todas as instituições de ensino nacionais, sendo o poder definido como “a capacidade ou propriedade de obrigar alguém a fazer alguma coisa” (SANTOS, 2005, p. 2).

Um fato determinante traz a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº2 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), trazendo novas perspectivas para a formação docente e um laço direto com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o que aponta para uma característica inovadora que agora surge no processo de formar professores que atendam às exigências educacionais delineadas na BNCC.

Diante de tantas transformações na percepção da formação profissional de professores, este trabalho tem por objetivo investigar as mudanças curriculares dentro do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas através de um estudo de caso, relacionando às mudanças curriculares ocasionadas pela implementação das políticas educacionais no país através de um estudo das matrizes de uma universidade pública em Pernambuco.

MÉTODO

Este trabalho se baseia em um estudo de caso que utiliza a investigação e análise documental para analisar o desenvolvimento da licenciatura nos últimos 45 anos. “O estudo de caso tem sua origem na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, consistindo na análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença específica” (VENTURA, 2007). Este estudo de caso utilizou como fonte de dados documentais 4 perfis de anos distintos (1979, 2000, 2014 e 2024) do curso de Ciências Biológicas de uma universidade pública dos 14 perfis. A segunda fonte documental utilizada são as leis e resoluções que atuam diretamente sobre estes perfis.

Na categorização documental das matrizes, foram considerados os seguintes indicadores: a) Disciplinas de conhecimentos específicos relacionados à biologia; b) Disciplinas voltadas à formação pedagógica; c) Disciplinas relacionadas à prática pedagógica; d) Estágios supervisionados; e) Disciplinas eletivas; f) Atividades

Complementares. Após esta categorização, foi feita uma intersecção entre os mecanismos regulatórios (leis, resoluções e pareceres) e o período de vigência das matrizes.

Para tal trabalho, as principais fontes de pesquisa se deram através de documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE): Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002; Resolução N° 2, de 1º de julho de 2015; Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, o Parecer N.º: CNE/CES 1.301/2001; documentos da Universidade de Pernambuco – campus Garanhuns, tais como o PPC de Licenciatura em Ciências Biológicas (Resolução CEPE nº 08/2001, de 29 de janeiro de 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA O CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS EM 2024

A modalidade oferecida na Universidade de Pernambuco – campus Garanhuns para as Ciências Biológicas é a Licenciatura, com duração mínima de oito períodos letivos, sendo oferecido tanto presencialmente quanto à distância (EAD). Essa modalidade está disponível para os pólos Afrânio, Floresta, Garanhuns, Gravatá, Ouricuri, Palmares, Surubim e Tabira. O programa é dividido em oito semestres acadêmicos, totalizando 2.040 horas de estudo teórico, com 420 horas dedicadas a atividades práticas, além de 420 horas de estágio e 210 horas de atividades acadêmicas, científicas e culturais ao longo do curso. O sistema de créditos é semestral, e o curso será ministrado na modalidade de educação a distância. Este curso de graduação em Ciências Biológicas à distância é caracterizado e combina momentos presenciais com atividades remotas em sua abordagem educacional; Os alunos regularmente matriculados na licenciatura em Ciências Biológicas, na modalidade à distância da UPE, receberão um diploma equivalente ao dos alunos que frequentam as aulas presenciais.

Atualmente, o curso dispõe de quatro salas de aula equipadas com projetor e ar-condicionado, localizadas no 3º andar, banheiros com acessibilidade, elevadores e rampas, e conta com laboratórios de Microscopia, Bioquímica, Biotecnologia,

Anatomia, Microbiologia e Parasitologia, Zoologia, Biologia Celular, Biologia Molecular, Botânica e Etnobiologia, Informática e Mídias Educacionais. Além disso, possui um corpo docente composto por 15 professores, todos doutores.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PERFIS CURRICULARES

O curso que originou este estudo de caso é ofertado desde 1979, iniciado como “Licenciatura em Ciências” pela Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns, atual Universidade de Pernambuco. Foram encontrados 19 perfis ao todo e selecionados pela contemporaneidade 4 perfis curriculares do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade de Pernambuco - campus Garanhuns. Estes perfis, foram vivenciados nos anos 1979, 2000, 2014 e 2024. O curso nos perfis estudados foi vivenciado sempre em período noturno e possui um corpo discente de diferentes cidades do agreste de Pernambuco. A primeira matriz curricular do curso foi a matriz de 1979 e a mais atual 2024, que está em processo de implementação.

No PPC do perfil de 2014, houve a tentativa de unificação entre os campi Garanhuns e Petrolina, onde existe a ideia de flexibilização curricular, conforme as diretrizes nacionais, visando dar mais liberdade de escolha aos alunos e autonomia aos professores. Além disso, as metas foram atualizar a estrutura curricular de acordo com as normas estabelecidas, incorporar melhorias após avaliações institucionais, fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, facilitar a mobilidade dos estudantes, flexibilizar a matrícula em perfis curriculares alternativos em situações especiais e otimizar o uso do tempo dos professores, promovendo a interligação entre cursos relacionados.

O perfil do ano de 1979 foi reconhecido pelo decreto nº 79.243 de 10 de fevereiro de 1977, o do ano de 2000, pela Portaria 1.018, de 24 de outubro de 1990, o perfil de 2014 pela Portaria SEDUC 7531 de 10 de novembro de 2008, e o perfil de 2024 reflete as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas propostas pela Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019.

TABELA 1. Distribuição da carga horária em diferentes perfis do Curso de Ciências Biológicas da Universidade de Pernambuco Campus Garanhuns.

Ano	Perfil	Carga Horária						Total
		Esp	Ped	Est	Prát	Elet	AC	
1979	N5791	2040	480	420	0	0	0	2940
2000	N5001	2445	315	360	0	0	0	3120
2014	BI2014	1470	660	420	420	60	200	3230
2024	BI2019	1350	780	420	420	60	200	3230

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: Esp – Específica; Ped – Pedagógica (tronco comum); Est – Estágio Obrigatório; Prát – Prática; Elet – Eletiva; AC – Atividades Complementares.

DISCIPLINAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS A BIOLOGIA

Na dimensão das disciplinas de conhecimentos específicos relacionados à Biologia temos os conteúdos que caracterizam a base curricular da área do curso e suas especificidades. Podemos observar, ao compararmos os 4 perfis, uma queda constante na carga horária das disciplinas específicas do Curso; esse fato se dá por exigências das resoluções do CNE ao longo dos anos. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 e o Decreto nº 79.243, de 10 de Fevereiro de 1977 não determinavam uma carga horária de disciplinas específicas do curso, tratando apenas dos títulos que um professor deve ter para lecionar no 1º ou 2º grau (atual ensino fundamental e médio), tal fato promove um direcionamento para uma formação mais tecnicista e uma ampla variedade de propostas pedagógicas no país, uma vez que não há direcionamento oficial na construção do PPC; Na Resolução de Junho de 1997 junto com o Parecer nº 4/97, houve uma priorização agora oficial para o ensino de disciplinas de conhecimento específico.

Um ponto já estabelecido como consensual se liga à importância de focalizar o ensino de determinada disciplina a partir da construção do conhecimento que lhe é específico, preparando o futuro professor para levar seus alunos a entrarem, dentro do nível correspondente, também nesse universo (BRASIL, 1997).

Houve uma mudança no curso entre os perfis de, 2000 e 2014 que merece ser apontado; o curso que, deixa de ser “Licenciatura em Ciências” em 2000 havendo a possibilidade de habilitação em Ciências Biológicas e Matemática e se torna “Licenciatura em Ciências Biológicas”, rompendo a relação curricular com a Matemática. As disciplinas de Desenho Geométrico, Física I, II e III, Físico-Química, Fundamentos da Biologia, Fundamentos da Matemática e Matemática I, II e III, foram retiradas dos perfis curriculares posteriores sem apresentar uma disciplina equivalente e disciplinas como Fisiologia I, Morfologia e Anatomia Vegetal, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia Evolutiva, Química Inorgânica e Zoologia I e II, foram readaptadas para disciplinas equivalentes.

Algumas das disciplinas específicas mantiveram-se como objeto de conteúdo seja com a mesma nomenclatura ou nomenclatura equivalente, quando o curso passa a ser denominado de “Ciências Biológicas”, outro ponto que merece ser evidenciado é a classificação das disciplinas em áreas específicas da Biologia implementada em 2001 pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Ciências Biológicas o que evidencia a ausência de diretrizes específicas para as licenciaturas.

BIOLOGIA CELULAR, MOLECULAR E EVOLUÇÃO: Visão ampla da organização e interações biológicas, construída a partir do estudo da estrutura molecular e celular, função e mecanismos fisiológicos da regulação em modelos eucariontes, procariontes e de partículas virais, fundamentados pela informação bioquímica, biofísica, genética e imunológica. Compreensão dos mecanismos de transmissão da informação genética, em nível molecular, celular e evolutivo.

DIVERSIDADE BIOLÓGICA: Conhecimento da classificação, filogenia, organização, biogeografia, etologia, fisiologia e estratégias adaptativas morfo-funcionais dos seres vivos.

ECOLOGIA: Relações entre os seres vivos e destes com o ambiente ao longo do tempo geológico. Conhecimento da dinâmica das populações, comunidades e ecossistemas, da conservação e manejo da fauna e flora e da relação saúde, educação e ambiente (BRASIL, 2001).

Nos perfis que já trazem a denominação de Licenciatura em Ciências Biológicas observa-se que algumas disciplinas específicas presentes no perfil curricular de 2014 foram removidas do perfil de 2024; tais como as disciplinas Protista, Prática de Laboratório, Micologia, Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia, Parasitologia e Imunologia Básica. Justifica-se pelo fato da limitação da carga horária total dos cursos noturnos.

Além disso, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas tem três disciplinas pedagógicas específicas do curso que são Educação Ambiental (60h), Metodologia do Ensino de Ciências (30h) e Metodologia do Ensino de Biologia (30h).

DISCIPLINAS DE CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Nos cursos de licenciatura, a dimensão de disciplinas pedagógicas tem a função de orientar o discente enquanto sua importância como educador, apresentando teorias da aprendizagem e metodologias de ensino que irão lhe auxiliar na jornada como licenciado e aspectos filosóficos, sociológicos, psicológicos e antropológicos que regem a educação.

Podemos observar um aumento na carga horária das disciplinas pedagógicas do Curso; esse fato se dá por exigências das resoluções do CNE que trouxeram uma proposta mais voltada a formação de professores.

A Resolução de Junho de 1997, junto com o Parecer nº 4/97, enfatizam a importância de conhecimentos necessários para a formação do licenciado, sejam elas voltados à prática do ensino, os desafios na sala de aula, as habilidades e competências necessárias para a docência e formas de avaliação e metodologias de ensino;

Art. 3º Visando a assegurar um tratamento amplo e a incentivar a integração de conhecimentos e habilidades necessários à formação de professores, os programas especiais deverão respeitar uma estruturação curricular articulada nos seguintes núcleos:

a) NÚCLEO CONTEXTUAL, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática da escola, considerando tanto as relações que se

passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida. [...]

c) NÚCLEO INTEGRADOR, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso. (BRASIL, 1997).

Quando o curso se torna "Licenciatura em Ciências Biológicas ", houve a inserção de disciplinas importantes para a formação de professores; a partir de políticas públicas implementadas pelo MEC. O decreto nº 5.626 de 22/12/2005 regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a Resolução CNE/CP 1. De 18 de fevereiro de 2002 traz de forma relevante a inclusão da educação inclusiva como "conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais", a Resolução no 1 de 17 de junho de 2004 traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tais transformações alavancam as mudanças na formação docente de todas as licenciaturas e estão representadas no perfil de 2014.

DISCIPLINAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O estágio na formação de professores é a ferramenta que possibilita o discente conhecer a realidade da sala de aula e colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso entendendo o seu papel enquanto educador e a dinâmica ensino-aprendizagem. Como afirma (SILVA e GASPAR, 2018) é o momento de articulação entre o conhecimento adquirido e a realidade da prática educativa.

Podemos observar diante da tabela 1 que a carga horária de estágio se manteve a mesma nos perfis curriculares estudados, com exceção do perfil do ano de 2000 que é um pouco reduzida. Na lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, no art. 6º de parágrafo único, se define que o estágio não acarretará ao discente nenhum

vínculo empregatício por mais que seja remunerado; já na lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como lei de estágio,

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n os 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 o da Medida Provisória n o 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (BRASIL, 2008);

A Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019, estabelece “400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora (BRASIL, 2019); as disciplinas de estágio da matriz curricular de 1979 tinha sua carga horária inteiramente prática, mas a 2000, 2014 e 2024 são divididas em carga horária prática e teórica.

DISCIPLINAS DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

As disciplinas de prática pedagógica foram incorporadas na formação de licenciados a partir do Parecer CNE/CP 28/2001. Essa dimensão de disciplinas de práticas não são apenas teoria, mas sim, o modo como a prática do ensino-aprendizagem se desenrola associando esses momentos às teorias do conhecimento pedagógico e a experiência vinda do estágio.

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional (BRASIL, 2001).

As disciplinas de prática pedagógica têm a mesma carga horária nos dos perfis curriculares, de 2014 e 2024, que totalizam 420 horas obedecendo ao que foi proposto no Parecer nº CNE/CP 28/2001. “Assim torna-se procedente acrescentar ao

tempo mínimo já estabelecido em lei (300 horas) mais um terço (1/3) desta carga, perfazendo um total de 400 horas” (BRASIL, 2001).

Essas disciplinas não substituem as disciplinas de estágio supervisionado obrigatório. “estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício (BRASIL, 2001). Os conteúdos vivenciados nas práticas são totalmente diferentes na ementa de cada uma das práticas pedagógicas de I à VIII.

ELETIVAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Parecer CNE/CES 583/2001 de 4 de abril de 2001 que orienta as diretrizes para os cursos de graduação e após sua homologação, na segunda parte, as atividades e eletivas foram implementadas aos perfis curriculares não só dos cursos de direito, como era inicial, mas em todos os cursos de graduação.

Nos anos de 1979 e 2000, não havia eletivas e atividades complementares nos perfis curriculares; das grades analisadas, somente nos anos de 2014 e 2024, que o curso passou a ter em sua carga horária total mais 60 horas de eletivas e 200 horas de atividades complementares que se dividem em eixos como Ensino, Pesquisa e Extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o Período Colonial, a educação esteve presente no Brasil; entretanto, não necessariamente professores ensinavam nas escolas, mas aqueles que eram considerados detentores do conhecimento, retórica e cultura. A formação de professores no Brasil foi se moldando e exigindo uma boa formação dos professores ao longo dos anos; cada parecer ou resolução do MEC, CNE ou CFE trouxeram alguma melhoria para essa profissionalização desses educadores. As Diretrizes Nacionais Curriculares padronizaram aquilo que deveria ser abordado nos cursos de licenciatura e as competências e habilidades que um docente deveria ter; e para o

curso de Ciências Biológicas, o Parecer CNE/CES 1.301/2001 trouxe especificidades para a formação de biólogos, professores de ciências e biologia.

Especializar os licenciandos em Ciências Biológicas traz qualidade para o ensino de biologia aos futuros alunos daqueles graduados pela UPE na cidade de Garanhuns e da região; isso porque durante a graduação, os discentes poderão aprofundar seus estudos apenas na área da biologia sem ter que demandar tempo para as diversas ciências que eram propostas nos perfis de 1979 e 2000 como matemática, física, educação física, geometria e química, essas ciências são abordadas de forma transversal nas disciplinas específicas atuais.

A inserção de atividades complementares não só prepara o licenciado para a docência, como também, para seu desenvolvimento acadêmico; a pesquisa científica quando associada ao ensino superior, traz inovações para a comunidade científica, além de aproximar o discente de áreas do conhecimento que podem ser aprofundadas em um mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Os programas/projetos de extensão também são importantes para disseminar informação para a comunidade, uma vez que essas atividades perpassam os muros da universidade.

A formação de professores também exige dos graduados um conhecimento da educação na contemporaneidade, entretanto, há uma má distribuição de carga-horária de disciplinas que poderiam ser destaque, mas só recebem 30 horas do curso.

Por fim, as disciplinas do perfil curricular atual do curso têm uma distribuição satisfatória, mas que seria ainda melhorada se o curso fosse estendido para um perfil com 9 ou até 10 períodos de duração; a UPE campus Garanhuns é bem equipada para essa demanda e tal proposta aprofundaria e traria mais carga para as disciplinas pouco trabalhadas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria C.; AQUINO, Orlando F.; PUENTES, Roberto V. Formação de Professores no Brasil: História, Políticas e Perspectivas. Revista HISTEDBR On-Line, Campinas, n.42, p.94-112, jun 2011. ISSN: 1676-2584. Acesso em: 04 de abr de 2024.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, CNE, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.301/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. Brasília, CNE, 2001.

BRASIL. Parecer CP 04/97 - Proposta de resolução referente ao programa especial de formação de Professores para o 1º e 2º graus de ensino - Esquema I. Brasília, CNE, 1997.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP N º 2/2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, MEC, 2019.

GATTI, Bernadette A. formação de professores no Brasil: Características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010 Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14 de jan de 2024.

PAVANELI, Keila F.; PURIFICAÇÃO, Marcelo M. As constantes mudanças nos contextos da formação de professores no Brasil. Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia, v. 2, n. 1, p. 11-16, 2021.

SANTOS, César Sátiro. Ensino de ciências: abordagem histórico-crítica. Campinas, Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 6 ed. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil A herança histórica. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan/dez 2008. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 14 de jan de 2024.

SILVA, Haíla I; GASPAR, Mônica G. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Pernambuco, p. 205-221, v. 99, n. 251, 9 mai 2018.

VENTURA, Magda M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 14 de jan de 2024.